

A gestão escolar nas escolas municipais de Manaus

School management in municipal schools in Manaus

Gestión escolar en escuelas municipales de Manaus

Recebido: 03/11/2025 | Revisado: 13/11/2025 | Aceitado: 14/11/2025 | Publicado: 16/11/2025

Marta Braga Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7654-7221>

Universidad De La Integración De Las Américas, Brasil

E-mail: marta.braga@semed.manaus.am.gov.br

Resumo

A história da educação em Manaus, e consequentemente da SEMED, está intimamente ligada ao contexto político e econômico da cidade, desta maneira, o objetivo deste estudo é analisar como é a gestão escolar nas escolas municipais da cidade de Manaus. Objetivo específicos apresentar uma breve contextualização sobre rede municipal de ensino da cidade de Manaus; destacar o Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) e mostrar a gestão escolar nas escolas municipais de Manaus. Metodologia, trata-se de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo. Os resultados alcançados nas avaliações educacionais refletem o esforço coletivo envolvido no processo educacional em Manaus, incluindo o gestor escolar, professores, alunos, famílias e todos os que contribuem para uma educação de qualidade na cidade. Esses resultados são fruto da dedicação e do compromisso contínuo dos profissionais da educação e das comunidades escolares, que se empenharam para atender às exigências das avaliações e promover melhorias significativas no desempenho dos estudantes. Os profissionais da educação de Manaus/AM revelam uma manifestação pontual do empenho de determinados gestores públicos e escolares, que dedicam esforços consideráveis para alcançar melhores índices no IDEB. É possível observar, assim, um foco desses educadores na preservação e aprimoramento dos resultados obtidos, evidenciando a busca constante pela melhoria dos indicadores educacionais.

Palavras-chave: Escolas municipais; Ensino e aprendizagem; Ensino; Gestão escolar; Manaus.

Abstract

The history of education in Manaus, and consequently of SEMED, is closely linked to the city's political and economic context. Therefore, the objective of this study is to analyze school management in Manaus' municipal schools. The specific objectives are to provide a brief overview of the Manaus municipal education system; to highlight the Amazonas Educational Performance Assessment System (SADEAM); and to demonstrate school management in Manaus' municipal schools. The methodology is a qualitative bibliographic study. The results achieved in educational assessments reflect the collective effort involved in the educational process in Manaus, including school administrators, teachers, students, families, and all those who contribute to quality education in the city. These results are the result of the dedication and ongoing commitment of education professionals and school communities, who strive to meet the assessment requirements and promote significant improvements in student performance. Education professionals in Manaus, Amazonas, demonstrate a specific manifestation of the commitment of certain public and school administrators, who dedicate considerable effort to achieving better IDEB scores. Thus, it is possible to observe a focus on these educators' preservation and improvement of the results obtained, demonstrating the constant pursuit of improved educational indicators.

Keywords: Municipal schools; Teaching and learning; Teaching; School management; Manaus.

Resumen

La historia de la educación en Manaos, y por consiguiente de la SEMED, está estrechamente ligada al contexto político y económico de la ciudad. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es analizar la gestión escolar en las escuelas municipales de Manaos. Los objetivos específicos son ofrecer una breve visión general del sistema educativo municipal de Manaos; destacar el Sistema de Evaluación del Desempeño Educativo del Amazonas (SADEAM); y demostrar la gestión escolar en las escuelas municipales de Manaos. La metodología es un estudio bibliográfico cualitativo. Los resultados obtenidos en las evaluaciones educativas reflejan el esfuerzo colectivo del proceso educativo en Manaos, incluyendo a administradores escolares, docentes, estudiantes, familias y todos aquellos que contribuyen a la calidad de la educación en la ciudad. Estos resultados son fruto de la dedicación y el compromiso constante de los profesionales de la educación y las comunidades escolares, quienes se esfuerzan por cumplir con los requisitos de la evaluación y promover mejoras significativas en el rendimiento estudiantil. Los profesionales de la educación en Manaos, Amazonas, demuestran el compromiso de ciertos administradores públicos y escolares, quienes dedican un esfuerzo considerable a

lograr mejores puntajes en el IDEB. Por lo tanto, se observa un enfoque en la preservación y mejora de los resultados obtenidos por parte de estos educadores, lo que demuestra la búsqueda constante de mejores indicadores educativos.

Palabras clave: Escuelas municipales; Enseñanza y aprendizaje; Enseñanza; Gestión escolar; Manaus.

1. Introdução

A Gestão escolar desempenha um papel essencial na eficácia e eficiência do processo de ensino. Ela é encarregada de criar um ambiente colaborativo e de responsabilidade compartilhada, elaborando em conjunto o projeto pedagógico da instituição e exercendo uma liderança transformadora, centrada em metas claramente estabelecidas.

A história da educação em Manaus, e consequentemente da Secretaria Municipal da Educação- SEMED, está intimamente ligada ao contexto político e econômico da cidade. Nos anos 1970, com a criação da Zona Franca de Manaus, a cidade passou por um crescimento acelerado, resultando em mudanças na composição demográfica e na demanda por serviços públicos, incluindo a educação. A partir desse momento, a administração municipal começou a se reorganizar para essa nova realidade (Semed, 2024).

Em 1970, Danilo Areosa, governador do Estado, transferiu ao município a responsabilidade sobre os professores das escolas isoladas, o que marcou o início da reestruturação da educação em Manaus. A primeira iniciativa institucional formal da SEMED se deu com a Lei 1.094/1970, criando a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário-SEDECO, que tinha entre suas atribuições a gestão educacional municipal. A Lei 1.175/1974, que estabeleceu a criação da Secretaria da Educação, da Cultura e do Bem Estar social-SEBEM, representou um marco significativo na formalização da política educacional municipal (Semed, 2024).

O presente estudo se justifica porque o gestor escolar necessita desenvolver estratégias de liderança, engajamento e planejamento que visem tanto ao desenvolvimento de competências pedagógicas quanto à criação de um ambiente escolar mais acolhedor e favorável ao aprendizado. Em muitos casos, o esforço do corpo docente não é suficiente para superar as barreiras enfrentadas pelos alunos. Fatores como a falta de apoio familiar, problemas socioeconômicos, e até mesmo a falta de infraestrutura adequada nas escolas podem comprometer a aprendizagem dos estudantes.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar como é a gestão escolar nas escolas municipais da cidade de Manaus. Objetivo específicos apresentar uma breve contextualização sobre rede municipal de ensino da cidade de Manaus; destacar o Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) e mostrar a gestão escolar nas escolas municipais de Manaus.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa documental de fonte direta em legislação e indireta em artigos de terceiros (Pereira et al., 2018) numa investigação de pesquisa bibliográfica (Snyder, 2019) de natureza qualitativa, não-sistemática e do tipo de revisão narrativa da literatura (Rother, 2007) na qual coletaram-se dados no Google Acadêmico e com as palavras de busca: Escolas municipais; Ensino; Gestão escolar; Manaus; Ensino e aprendizagem.

Sobre a pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2010, p. 166), destaca que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

A perspectiva aqui apresentada também possui por enfoque principal o qualitativo, pois apresenta aspectos que não podem ser quantificados, porque a realidade e o indivíduo são inseparáveis. Portanto, ao se considerar o sujeito, é importante levar em conta suas características subjetivas e especificidades. Esses detalhes não podem ser expressos por meio de números. A pesquisa qualitativa concentra-se em entender e expandir o conhecimento acerca dos fenômenos, considerando a perspectiva dos participantes dentro de um ambiente natural e interativo que os envolve. Essa abordagem se fundamenta nas vivências, opiniões e significados individualmente atribuídos, permitindo assim a expressão de suas subjetividades (Minayo, 2010).

3. Resultados e Discussão

Nas décadas seguintes, a SEMED sofreu reestruturações administrativas, refletindo as mudanças nas demandas educacionais e na estrutura da cidade. Os anos 1970, em particular, trouxeram diversas reformas visando organizar o sistema educacional municipal e suprir a escassez de professores qualificados. Durante esse período, novos cursos de formação e capacitação de professores tornaram-se uma prioridade, dada a grande demanda por ensino na capital.

A Lei 1.240/1975 foi uma principal iniciativa dessa época, promovendo uma nova divisão administrativa da Secretaria e estabelecendo um foco na educação e na cultura. Em 1979, a liderança da Prof.^a Raimunda Dionísia Pinto do Nascimento à frente da SEMED trouxe novas propostas de reorganização educacional, com a introdução de programas pedagógicos inovadores e a criação de espaços educativos, como a Escola Abílio Nery, que serviu de modelo para outras escolas da cidade.

O aumento populacional na cidade, impulsionado pela instalação da Zona Franca, exigiu a expansão das escolas e a criação de programas específicos para áreas periféricas e rurais, como o Ariaú, Catalão e Cacau-Pirêra. A formação de novos profissionais e o aprimoramento do ensino foram determinantes para atender a essa demanda crescente.

Nos anos 1990, no processo de redemocratização do país, Manaus, como grande capital, vivenciava transformações em sua estrutura educacional. A Lei Nº 2.000, de 1989, foi marco dessa transformação, ao separar a Secretaria de Cultura e Desporto da Secretaria de Educação, e foi acompanhada pela reestruturação administrativa da SEMED. Esse movimento teve como objetivo melhorar a eficiência do serviço prestado e garantir um atendimento mais qualificado à população (Manaus, 2024).

Nesse contexto, a SEMED passou a priorizar a valorização dos professores, com a implementação de planos de carreira e remuneração para melhorar as condições de trabalho e motivação dos profissionais da educação. Programas como o "Brigada da Alfabetização" foram criados para combater o analfabetismo e promover a inclusão educacional.

Além disso, os anos 1990 foram marcados por um crescente envolvimento da sociedade civil na gestão educacional. A SEMED passou a contar com maior participação de associações de pais, alunos e educadores, o que contribuiu para uma educação mais democrática e voltada às necessidades locais. A descentralização administrativa e pedagógica foi outro aspecto importante, criando distritos educacionais que permitiram uma gestão mais próxima das escolas e das comunidades.

Nos anos 2000, a SEMED iniciou a modernização da gestão educacional, buscando acompanhar as novas demandas tecnológicas e pedagógicas. A criação de novos programas e a introdução de tecnologias educacionais foram elementos importantes dessa fase, que também incluiu políticas inclusivas para alunos com deficiência, como a implementação dos Centros Municipais de Educação Especial. A descentralização, que já havia começado nas décadas anteriores, foi consolidada com a criação de quatro Distritos Educacionais (Leste, Sul, Oeste e Norte), descentralizando as atividades pedagógicas e administrativas, tornando a gestão mais eficiente.

Programas voltados para a educação integral, como o "Mais Educação", foram implantados buscando ampliar a jornada escolar e oferecer uma formação mais completa para os alunos, com atividades extracurriculares que incluíam esporte, cultura e

desenvolvimento pessoal. Nesse período, a formação docente também passou por uma renovação, ofertando cursos de pós-graduação e um sistema de capacitação contínua.

A atual administração da SEMED segue enfrentando os desafios do crescimento populacional, da diversificação das demandas educacionais e das novas formas de ensino, especialmente quanto à educação a distância e ao uso de tecnologias digitais nas escolas.

A trajetória da SEMED reflete a evolução da educação no Brasil e as particularidades da cidade. Desde sua criação, a SEMED tem se adaptado às transformações políticas, sociais e econômicas de Manaus, buscando atender à crescente demanda por educação e melhorar a qualidade do ensino. As reestruturações administrativas, as políticas de formação docente e a criação de programas inovadores têm sido essenciais para a evolução da educação no município.

No entanto, a SEMED continua a enfrentar desafios relacionados ao crescimento populacional e à adaptação às novas demandas pedagógicas e tecnológicas. As políticas educacionais implementadas ao longo das décadas contribuíram para uma sociedade mais inclusiva, acessível e igualitária, refletindo o compromisso do município com a educação e o desenvolvimento social de seus cidadãos.

Manaus, capital do Amazonas, localiza-se no ponto de encontro dos rios Negro e Solimões. Faz parte da mesorregião do Centro Amazonense e da microrregião que leva seu nome. Com uma área de 11.401,092 km², é a segunda maior capital estadual brasileira em extensão territorial, possuindo uma densidade populacional de 158,06 habitantes por quilômetro quadrado. Sua população era de 1.802.014 pessoas, sendo que 99,49% (1.792.881) viviam na área urbana, e apenas 0,51% (9.133) na área rural. Para 2024, a estimativa é de 2.455.903 habitantes (Ibge, 2010)

A rede municipal de ensino em Manaus é organizada em sete zonas geográficas: Norte, Sul, Centro-Sul, Leste I, Leste II, Oeste e Rural/Ribeirinha. Conforme informações da SEMED, o município conta atualmente com 538 instituições de ensino públicas, incluindo centros de educação infantil e escolas regulares. Essas instituições oferecem modalidades como educação infantil, Ensino Fundamental I e II (regulares), Educação Especial Substitutiva e Educação de Jovens e Adultos. Do total de escolas, 85 estão situadas em áreas rurais, distribuídas entre as zonas geográficas Oeste e Rural/Ribeirinha.

O Plano Municipal de Educação de Manaus (Pme, 2015) determina que a gestão da educação nas escolas públicas municipais será democrática, em conformidade com o inc. VI, Art. 206, da Constituição de 1988, com os inc. I e II do Art. 14 da Lei 9.394/96, e com a Lei Municipal 2.000/2015, que regulamenta tal plano.

Destacando-se sua Meta 19, o plano visa assegurar, em até um ano, as condições necessárias para implementar a gestão educacional democrática nas escolas públicas municipais, vinculando a avaliação ao mérito e desempenho, além de promover consultas públicas à comunidade escolar, contando com recursos e apoio técnico da União (Lopes, 2025). Para tal, aplicam-se as estratégias:

- 1 Criar, no primeiro ano de vigência do PME, uma lei municipal específica para regulamentar a gestão democrática da educação pública, com base na Constituição de 1988 e nas Leis 9.394/96 e 13.005/2014, incorporando critérios de mérito e desempenho e a participação da comunidade na nomeação dos diretores.
- 2 Instituir os cargos de diretor e vice-diretor escolar no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da rede municipal de ensino de Manaus.
- 3 Garantir autonomia financeira e administrativa aos Conselhos de Controle das Políticas Públicas, para a eficácia de suas funções.
- 4 Criar e fortalecer grêmios estudantis e associações de pais nas escolas, mediante a disponibilização de espaços e condições para seu funcionamento, além de garantir sua articulação com os conselhos escolares.
- 5 Promover os conselhos escolares como mecanismos de controle e participação da gestão escolar, ofertando programas de formação para conselheiros, garantindo sua autonomia operacional.
- 6 Assegurar que profissionais da educação, alunos e familiares participem na elaboração de projetos pedagógicos, currículos, planos de gestão e regimentos escolares, envolvendo os pais na avaliação de gestores e professores.

7 Garantir a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Educação, segundo a legislação sobre gestão democrática.

8 Garantir a incorporação definitiva da remuneração dos profissionais do magistério que tenham atuado em funções gratificadas ou especiais dentro da SEMED, com base no tempo de serviço.

De acordo com a Resolução nº 038, de 3 de dezembro de 2015, que regula o Regimento Geral das unidades de ensino da rede pública municipal de Manaus, a gestão escolar das escolas municipais é responsabilidade do DEGE. Neste Regimento, Título VII: "Da Gestão Escolar", Capítulo I: "Da Constituição", define-se no Artigo 105 que a gestão escolar se dará por cogestão entre os seguintes membros da Comunidade Escolar: Diretoria, Secretaria, Congregação de Professores e Pedagogos, Pessoal Administrativo, APMC e Pessoal Discente, e que quando reunidos, formarão o Conselho Escolar (art. 73 e 74) (Regimento das Escolas da Rede Municipal de Ensino/ Manaus, 2008, p 39).

Em Manaus, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é considerado o principal guia para as ações escolares, devendo ser construído de forma colaborativa. O processo deve envolver, prioritariamente, a participação do diretor, professores, pedagogos, outros membros da equipe escolar, além de representantes dos estudantes, pais e, se possível, lideranças comunitárias locais, conforme Manual de Gestão Escolar da SEMED/Manaus (Manaus, 2014, p. 21).

Com relação às atribuições do gestor escolar das escolas de Manaus, o Manual de Gestão Escolar, destacam-se (Lück, 2010, p.96 apud Manual de Gestão Escolar Semed/Manaus, 2014, p.17-18):

- Promover uma visão ampla do trabalho educacional, visando à aprendizagem e formação estudantil.
- Liderar a ação de todos os membros da comunidade escolar, com base no Projeto Político-pedagógico e no Currículo Escolar.
- Superar dificuldades e desafios pedagógicos, buscando a melhoria contínua dos processos educacional.
- Criar um ambiente motivador, com altas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento.
- Atualizar e elaborar o currículo escolar, considerando as diretrizes nacionais e a evolução da sociedade.
- Identificar e solucionar limitações nas práticas pedagógicas, com estratégias de liderança e orientação.
- Garantir a integração das ações pedagógicas e a contextualização do currículo com a realidade dos alunos.
- Estabelecer a Gestão Pedagógica como o foco amplo da gestão escolar.
- Acompanhar e orientar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo feedback contínuo.
- Articular atividades extracurriculares com o currículo escolar, criando projetos integrados.
- Oferecer oportunidades para estudantes com dificuldades de aprendizagem e deficiências.
- Incentivar o uso de Tecnologias da Informação Computadorizada (TIC) para melhorar o ensino.

De Souza, da Gama & da Silva (2025), destaca as atribuições do gestor escolar nas escolas municipais de Manaus indicam o cumprimento do regime de colaboração, refletido no planejamento compartilhado, na gestão democrática, na autonomia da escola e na abordagem solidária e coletiva (Brasil, 2012). Diante do que foi apresentado, prossegue-se a abordagem sobre o SADEAM e a sua relação com o SAEB nas escolas municipais .

Este capítulo apresenta uma análise sobre o SADEAM, uma iniciativa pioneira no estado voltada para o monitoramento e a melhoria da qualidade da educação pública. Criado em 2008, o SADEAM tem sido uma ferramenta estratégica para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), possibilitando a análise detalhada do desempenho escolar nas redes de ensino estadual e municipal.

Ao longo dos anos, o sistema consolidou-se como um recurso fundamental para a formulação de políticas educacionais baseadas em evidências, alinhadas ao princípio de equidade. Recentemente, sua relevância foi ampliada com a adesão do Amazonas à política nacional "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada", destacando o papel do SADEAM no acompanhamento dos esforços para garantir a alfabetização plena dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.

O capítulo explora a estrutura e os objetivos do SADEAM, sua evolução e os resultados que embasam ações pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes amazonenses. Também analisa a relevância do sistema quanto às avaliações externas e seu impacto na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade no estado.

Desde sua implementação em 2008, o Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) tem como propósito medir o desempenho dos estudantes da rede estadual de ensino. Os resultados são utilizados por gestores, professores e educadores para planejar e implementar intervenções e políticas que assegurem um ensino de qualidade em todo o estado.

No Ensino Médio, alunos da 3ª série, tanto do ensino regular quanto da EJA, foram avaliados em Matemática, Biologia, Física, História, Química, Geografia, Língua Inglesa e Língua Portuguesa. Já no Ensino Fundamental, a avaliação de 2008 incluiu estudantes do 5º e 9º anos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2009, os testes se concentraram nos alunos da 3ª série do Ensino Médio, regular e EJA, abrangendo os componentes curriculares de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A mesma abordagem foi mantida em 2010, com a inclusão dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, avaliados em Língua Portuguesa e Matemática, em ambas as modalidades de ensino.

Com a consolidação da parceria entre a Secretaria de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) em 2011, o SADEAM passou a aplicar testes de desempenho para os 3º e 7º anos do Ensino Fundamental, além dos alunos da EJA. No Ensino Médio, continuaram sendo avaliados os estudantes da 3ª série, em disciplinas como Geografia, História, Biologia, Física, Química, Linguagens e Matemática.

A edição de 2012 marcou a ampliação das etapas escolares avaliadas, incluindo os 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e a EJA Anos Iniciais e Finais. Houve avaliação dos alunos das 1ª e 3ª séries do Ensino Médio e EJA, contemplando Geografia, História, Biologia, Física e Química. Nesse ano, a participação foi de 71,5%, com 201.258 estudantes avaliados de um total de 281.624 previstos.

Em 2013, o sistema continuou avaliando estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental e da EJA, e das 1ª e 3ª séries do Ensino Médio nas mesmas disciplinas do ano anterior. Foi também em 2013 que servidores da Seduc/AM participaram ineditamente de uma pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Nos anos seguintes, o SADEAM prosseguiu com suas avaliações regulares. Em 2023, com a adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o sistema se destacou no estado como a principal ferramenta de monitoramento da alfabetização, avaliando alunos do 2º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática.

Essas avaliações constantes têm sido fundamentais para embasar decisões estratégicas e políticas públicas educacionais, promovendo uma educação de qualidade e igualitária para o Amazonas.

Para a educação brasileira, a consolidação gradual do SAEB impactou a configuração da educação desde a década de 1990. Entre eles, destacam-se a formação de um macrossistema nacional de avaliação e a diversificação de instrumentos, parâmetros e índices destinados à concretização de processos avaliativos. No âmbito microanalítico, observa-se o impacto nas relações didático-pedagógicas dentro das escolas, devido à natureza externa desse tipo de avaliação.

É nesse cenário que surgem o SADEAM, em 2008, e, posteriormente, a Avaliação de Desempenho do Estudante (ADE) em Manaus, implantada em 2014. A análise da relação temporal entre essas avaliações permite compreender melhor os objetivos e as características específicas de cada um desses sistemas, inseridos em um contexto mais amplo de avanços na avaliação educacional no Brasil.

A relação entre o SAEB e a construção de sistemas estaduais e municipais de avaliação educacional no Brasil pode ser explicada com base em dois fatores principais: a consolidação de uma cultura escolar avaliativa, e a descentralização e desconcentração das políticas públicas de avaliação educacional. Como destacado, ao longo das últimas décadas, o Brasil expandiu suas iniciativas relacionadas aos sistemas de avaliação educacional.

O conceito de um "Estado avaliador" (Coelho, 2008) ganha força ao observarmos como a predominância da hegemonia dos discursos e práticas avaliativas direcionadas aos sistemas educativos (Lima & Gandin, 2019). De forma crítica, Afonso (2014) descreve esse fenômeno como uma "obsessão avaliativa", característica das políticas educacionais contemporâneas, que reforça uma ideologia avaliativa dominante.

A avaliação educacional em nível local começou a se estruturar no Brasil na década de 1990, paralelamente ao processo de consolidação do SAEB como sistema nacional. Durante esse período, estados e municípios das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul implementaram seus próprios sistemas de avaliação, coexistindo com o SAEB e ajustando seus ciclos de aplicação aos do sistema nacional. Essa interação entre diferentes sistemas, abrangendo agências internacionais, nacionais e locais, evidencia uma complexa rede de parâmetros, instrumentos e índices que impactam diretamente os atores escolares.

Machado (2020) observa que os sistemas de avaliação estaduais têm aprofundado os mecanismos de regulação educacional, ampliando os efeitos dessas avaliações. A combinação das avaliações nacionais com iniciativas estaduais e municipais cria um cenário em que as avaliações externas ocupam uma posição central na rotina escolar da Educação Básica no Brasil.

No Amazonas, o SADEAM surgiu em 2008, alinhado aos objetivos do "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação". Seu propósito inicial era realizar diagnósticos abrangentes e contínuos da rede estadual, avaliando, no Ensino Fundamental, Matemática e Língua Portuguesa (escrita e leitura); e no Ensino Médio e na EJA: Biologia, Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, Produção de Texto, Física, Química e História (CAED/UFJF (2016).

O SADEAM trouxe a ampla avaliação para mais próximo das escolas e dos sujeitos educacionais no estado. Isso se reflete em ações como a formação de gestores e professores promovida pelo CAED/UFJF, as mudanças nas práticas de ensino para preparar os alunos para os testes, e os diversos usos educacionais e sociais dos resultados obtidos. Entre 2011 e 2015, o sistema avaliou mais de 66% dos estudantes da rede estadual, com participação ativa da comunidade escolar.

Em 2014, A SEMED lançou a ADE visando fornecer um panorama sobre a qualidade educacional na cidade. Segundo Breves, Rocha e Monteconrado (2017), a ADE é um projeto inovador da SEMED, destinado a avaliar o desempenho estudantil e a apoiar diretores, pedagogos e professores no acompanhamento e aprimoramento dos processos pedagógicos, baseado na análise dos resultados obtidos.

A ADE foca no Ensino Fundamental, exceto no 1º, na EJA e no Projeto Itinerante, avaliando disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Humanidades (estas últimas apenas para os 8º e 9º anos). No entanto, embora a SEMED declare que os resultados da ADE oferecem feedbacks importantes para as escolas, os dados das seis edições realizadas até 2019 ainda não estão publicamente disponíveis (SEMED-Manaus, 2019).

Apesar de ser um sistema recente, a ADE tem levantado debates relevantes. Henchen & Brasil (2017) apontam limitações comuns às avaliações externas, como problemas estruturais nas escolas, desafios sociais enfrentados pela comunidade escolar e a padronização de registros que nem sempre refletem a realidade local. Essas questões destacam uma preocupação com índices e metas, negligenciando a qualidade educacional. Como consequência, o tempo destinado às atividades escolares acaba sendo reduzido, priorizando-se as avaliações externas.

A história e os contextos de implementação do SADEAM e da ADE evidenciam como as avaliações externas de larga escala têm se difundido no país. Segundo Costa (2018), Manaus adota medidas semelhantes às diretrizes federais desde os anos 1990, tanto em seu sistema de avaliação como em suas propostas curriculares, baseando-se nas matrizes de referência do INEP/MEC.

No Amazonas, as avaliações externas em larga escala, especialmente o SADEAM e a ADE, geram uma rede complexa de consequências. Essas consequências não se limitam à gestão dos sistemas, mas também impactam diretamente o dia a dia das

escolas e a formação dos sujeitos escolares. A ADE é uma avaliação com o foco na aprendizagem dos conteúdos que serão cobrados nas Avaliações externas, desempenhando um papel decisivo na preparação dos alunos para os desafios das avaliações externas das séries iniciais, 5º ano e finais, 9º ao, como o SAEB.

A interação entre essas avaliações, especialmente considerando o papel do SADEAM e da ADE na construção das capacidades dos alunos nas séries iniciais, não se limita à análise de dados pontuais, mas precisa ser compreendida em sua dimensão processual e formativa. As ações avaliativas executadas nas séries iniciais influenciam diretamente o desempenho dos estudantes nas avaliações subsequentes, como as realizadas pelo SAEB, que examina as competências nas séries finais do Ensino Fundamental.

A ADE não deve ser apenas como uma ferramenta de diagnóstico do desempenho das séries iniciais, mas como um mecanismo estratégico para o preparo dos alunos para os desafios das avaliações de larga escala nas séries finais. Este ciclo contínuo de avaliação reflete-se diretamente no IDEB, que, por sua vez, exerce uma influência significativa sobre as políticas educacionais e sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas nas escolas. A articulação entre esses sistemas de avaliação se configura como um ponto de inflexão para a compreensão de como as políticas de avaliação são implementadas e como elas repercutem nas trajetórias educacionais dos alunos ao longo do Ensino Fundamental.

A relação entre as avaliações locais e nacionais, e o impacto destas sobre as séries finais do Ensino Fundamental, reforça a necessidade de uma abordagem integrada, que permita não apenas diagnosticar, mas efetivamente transformar as práticas pedagógicas e promover um ambiente educacional mais equitativo e capaz de atender às necessidades dos estudantes.

A aprendizagem no Brasil, embora tenha apresentado um progresso gradual ao longo dos anos, ainda carece de transformações substanciais. Os avanços, embora existam, são limitados e, na maioria das vezes, restritos a casos específicos ou estados que, por meio de políticas públicas ou programas governamentais, melhoraram suas médias e subiram no ranking nacional do IDEB.

Como afirmam Villani & Oliveira (2018, p. 1359), “o processo de standardização que o uso do IDEB como indicador nacional de qualidade educacional causou, acabou afetando as políticas educativas em nível federal, estadual e municipal”, ainda conforme os autores, “com a consolidação do IDEB como consolidador nacional de medida de qualidade educativa, assistiu-se na realidade brasileira um processo de standardização que influencia não somente as ações e escolhas de políticas educativas em nível federal, mas também nos estados e municípios”.

Surtem diversos questionamentos sobre a padronização, competição e ranqueamento entre escolas de diferentes municípios e estados, o que corrobora com os argumentos de Sousa e Ferreira (2019) e Villani e Oliveira (2018). Estas questões ficam mais evidentes quando se considera os relatos de escolas municipais, frequentemente destacadas nas notícias sobre os resultados do IDEB e outros indicadores educacionais. Esses relatos frequentemente colocam em evidência as médias alcançadas e as estratégias de gestão adotadas pelas instituições que obtiveram bons resultados. Exemplos disso podem ser encontrados nas declarações de secretários municipais, professores e coordenadores publicadas no site da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, que enfatizam os sucessos dessas instituições ao dizerem que a dedicação dos professores, o trabalho em equipe, o envolvimento dos familiares e a diversidade de conteúdos programáticos são algumas das estratégias adotadas pelas escolas da Prefeitura de Manaus para alcançar boas notas no IDEB, permitindo que as escolas atingissem suas metas.

Com a divulgação dos resultados do IDEB em setembro pelo MEC, Manaus permaneceu entre as dez capitais brasileiras com as melhores classificações, e mantém o objetivo de garantir que as escolas continuem a oferecer um trabalho bem organizado e de qualidade, sempre focando no aprendizado dos alunos. Embora os índices sejam importantes, houve avanços significativos, especialmente no índice de abandono, que caiu para 0,7 no ano anterior.

Ao alcançar o primeiro lugar no SAEB de 2017, considerava-se ainda o desafio de manter essa posição e a qualidade educacional, demandando envolvimento dos alunos e suas famílias com essa metodologia de trabalho. A partir do 4º ano,

começa-se a preparação dos alunos para o SAEB, oferecendo a base necessária para que, no 5º ano, estejam prontos e confiantes para realizar a prova.

Segundo dados do portal de notícias G1 AM, em 2023, sete escolas da rede municipal de ensino de Manaus alcançaram índices superiores a 8 pontos na avaliação do IDEB nos primeiros anos do ensino fundamental. A E.M. José Carlos Martins Mestrinho, no bairro Nossa Senhora das Graças, na Zona Centro-Sul, se destacou com uma pontuação de 8,6. Outro destaque foi a E.M. Escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, no bairro Flores, com 8,5 pontos.

Conforme levantamento do MEC, 21 escolas em todo o Brasil alcançaram a nota máxima de 10 na avaliação, destacando-se a maioria delas em municípios do Ceará. O ranking também incluiu escolas de municípios de Pernambuco e Alagoas. A maior pontuação registrada nos anos finais do ensino básico na rede municipal de Manaus foi de 6,9, da Escola Estadual Professora Francisca Pereira de Araújo, localizada no bairro Flores, Zona Centro-Sul.

Nacionalmente, a maior pontuação no IDEB foi registrada por uma escola de Pires Ferreira, no Ceará, com 9,3 pontos, tornando-se a melhor classificação do Brasil. Em suas declarações sobre os resultados obtidos, o prefeito David Almeida reconheceu o trabalho de todos os envolvidos no processo educacional, enaltecendo a colaboração e o trabalho coletivo. Em suas palavras, destacou que, ao comparar Manaus com outras capitais de cidades com até dois milhões de habitantes, a cidade certamente se encontra entre as mais bem posicionadas nos índices educacionais.

Além do reconhecimento público, o prefeito também anunciou a implementação de incentivos financeiros para as escolas que cumpriram as metas da Prefeitura de Manaus. Como forma de valorizar o esforço dos educadores, o 14º e 15º salários foram pagos aos profissionais da educação que atingiram as metas. Esses pagamentos, que ocorreram no mês de agosto, variaram de mil a três mil reais, conforme a carga horária de cada profissional. Essa bonificação visou reconhecer o trabalho dos educadores e também reforçar o compromisso da gestão municipal com a valorização dos profissionais da educação e a melhoria contínua da qualidade educacional em Manaus (Lopes, 2025).

Com isso, a administração municipal não apenas reconheceu o mérito de suas escolas e educadores, mas também contribuiu para a valorização do trabalho educacional, incentivando o contínuo aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e o alcance de melhores resultados nas avaliações futuras.

Ao analisar os resultados das avaliações externas, percebe-se que, embora sejam instrumentos valiosos para diagnosticar e impulsionar a qualidade educacional no Brasil, também evidenciam particularidades regionais significativas. As regiões Norte e Nordeste, historicamente marcadas por desafios socioeconômicos, têm demonstrado avanços notáveis, refletidos nas médias do IDEB. Estados como o Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Ceará, em 2019, superaram as metas para a segunda etapa do ensino fundamental. O Ceará, em especial, apresentou resultados consistentes em toda a educação básica, destacando-se como exemplo positivo (Undime, 2020).

No caso do Amazonas, observa-se que o sucesso está diretamente ligado a iniciativas estruturadas, como o SADEAM, implementado em 2008. Esse sistema foi criado visando aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública e acompanhar anualmente a trajetória de aprendizagem de cada estudante. Além disso, o SADEAM integra políticas de valorização profissional, incluindo incentivos financeiros como o 14º, 15º e 16º salários, concedidos às equipes das escolas que alcançam ou superam as metas. Contempla-se isso como uma estratégia relevante para motivar os educadores e fortalecer o compromisso coletivo com a qualidade educacional.

Outra iniciativa, considerada de grande impacto no Amazonas, é o Programa de Intervenção Pedagógica do Amazonas (PIPA). Esse programa, liderado pela Secretaria de Educação (SEDUC), tem por foco oferecer suporte didático e pedagógico às escolas que apresentam desempenho abaixo do esperado em Língua Portuguesa e Matemática. O diagnóstico dessas escolas é realizado a partir de dados obtidos por meio do SADEAM, da Prova Brasil e do SAEB. Entende-se que o PIPA está diretamente

alinhado às metas estaduais para o IDEB, que dependem de dois fatores fundamentais: o aprendizado dos alunos, medido pelas notas obtidas, e o fluxo escolar, avaliado pela taxa de aprovação.

Como Sousa e Ferreira (2019) apontam, mudanças nas orientações ideológicas e cortes orçamentários que podem comprometer a implementação plena e a sustentabilidade desses programas, o que exige atenção contínua para garantir que os resultados conquistados sejam mantidos e ampliados.

4. Considerações Finais

Com base nas análises das edições do IDEB, observa-se que os esforços empreendidos no estado do Amazonas, por meio da articulação entre Secretarias de Educação, escolas e comunidades, têm gerado resultados muito positivos. O Amazonas se destaca entre os poucos estados brasileiros que superaram as metas projetadas para o ensino fundamental. No entanto, apesar dos avanços, essas iniciativas ainda enfrentam desafios, principalmente quanto à sua continuidade e ao financiamento.

Os resultados alcançados nas avaliações educacionais refletem o esforço coletivo envolvido no processo educacional em Manaus, incluindo o gestor escolar, professores, alunos, famílias e todos os que contribuem para uma educação de qualidade na cidade. Esses resultados são fruto da dedicação e do compromisso contínuo dos profissionais da educação e das comunidades escolares, que se empenharam para atender às exigências das avaliações e promover melhorias significativas no desempenho dos estudantes.

Observou-se que o prefeito de Manaus manifestou sua satisfação com os resultados alcançados, reiterando que o desempenho das escolas é um reflexo do trabalho dedicado dos profissionais da educação. "Já estou plenamente satisfeito com este resultado, que é a comprovação do esforço coletivo e da dedicação de todos os envolvidos", afirmou Almeida, destacando o apoio profissional aos gestores escolares, bem como toda a comunidade escolar..

Assim, os profissionais da educação de Manaus/AM revelam uma manifestação pontual do empenho de determinados gestores públicos e escolares, que dedicam esforços consideráveis para alcançar melhores índices no IDEB. É possível observar, assim, um foco desses educadores na preservação e aprimoramento dos resultados obtidos, evidenciando a busca constante pela melhoria dos indicadores educacionais. Desta maneira, este estudo pode contribuir para pesquisas futuras voltadas para este contexto que visa mostrar o quanto é importante a gestão escolar em Manaus e também nas demais cidades do Brasil.

Referências

- Afonso, A. J. (2014). Questões, objetos e perspectivas em avaliação. *Avaliação*, Campinas. 19(2), 487-507.
- Brasil. (2012). *Diversidade e Inclusão (SECADI). Educação do campo: marcos normativos*. Brasília: SECADI. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização.
- Breves, N. S. P., Rocha, S. E. A. & Monteconrado, G. M. (2017). Sistema de avaliação de desempenho educacional - SADEM: experiência na rede pública municipal de ensino de Manaus. In: EDUCERE, Congresso Nacional de Educação, 13, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR. p. 16215-16231.
- CaedeUffe.(2016).chromeextension://efaidnbmnmbpcajpcgiclfndmkaj/https://prototipos.caeddigital.net/arquivos/ce/colecoes/2016/CE%20SPAECE%202016%20RG%20WEB.pdf
- Costa, L. C. O. (2018). *Avaliação educacional e a organização do trabalho escolar: polissemias e desafios de integração!* 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas.
- Coelho, M. I. M. (2008). Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.* 16(59), 229-58.
- De Souza, A. A., da Gama, L. T. B., & da Silva, M. O. (2025). A escola pública como precursora da gestão democrática no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Ensinar*, 3(1).
- Henchen, A. K. & Brasil, D. do S. B. (2017). Os desafios ambientais das escolas do campo municipais fomentados pelo Instituto Águila nos resultados das avaliações externas municipais da cidade de Manaus/AM. *Revista Eletrônica PesquisaeEduca.* 9(17), 201-11.

- Ibge. (2010). Censo. <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Luck, H. (2010). Liderança em gestão escolar. (4.ed). Editora Vozes.
- Lima, I. G. & Gandin, L. A. (2019). O contexto da consolidação das avaliações em larga escala no cenário brasileiro. Educ. Soc., Campinas. 40, 1-28.
- Lopes, L. (2025). A gestão das escolas públicas militarizadas do PECIM em Manaus: um estudo na perspectiva dos gestores.
- Manaus. (2008). Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2008. Regimento das Escolas da Rede Municipal de Ensino. Diário Oficial do Município de Manaus, Manaus, AM, p. 11, 21 out. Conselho Municipal de Educação (CME).
- Manaus. (2014). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Manual de Gestão Escolar. Manaus: SEMED.138 p: il. color.
- Manaus. (2024). Nossa história. Prefeitura de Manaus. <https://www.manaus.am.gov.br/semec/a-semec/nossa-historia/>
- Machado, C. (2020). Políticas estaduais de avaliação externa: tendências e implicações. Quaestio, Sorocaba. 22(1), 205-23.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de Metodologia Científica. (7.ed) . Editora Atlas.
- Minayo, M. C. de S. (org). (2010). Pesquisa Social-Teoria, método e criatividade. (29.ed). Editora Vozes.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- PME.(2015).Manaus.Documentobase.2015.chromeextension://efaidnbmnribpcajpcglclefindmkaj/https://www2.manaus.am.gov.br/docs/portal/secretarias/fme/Documento%20Base%20PME%20junho%202015.pdf
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem. 20(2), 5-6.
- Semed. (2024). Nossa historia. <https://www.manaus.am.gov.br/semec/a-semec/nossa-historia/>
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. Journal of Business Research. 104, 333-9. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.
- Sousa, C. P. & Ferreira, S. L. (2019). Avaliação de Larga Escala e da Aprendizagem na Escola: Um diálogo necessário. Psic da Ed. 48, 13-23.
- Souza, M. T. S; Silva, M. D; Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. Rev. Einstein, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf
- Undime (2020). material sobre a Apresentação da Undime. <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/undime>
- Villani, M. & Oliveira, D. A. (2018).Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. Educação & Realidade. 43(4), 1343-62. <https://doi.org/10.1590/2175-623684893>.